

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 04/2024

Sessão Ordinária Realizada no dia 27 de setembro de 2024

Presidente da Assembleia

Manuel Augusto Meirinho Martins

Secretários

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – Idalina Lopes.

Substituições

Ana Sofia Rito Nobre (*substituída por Manuel Augusto Alves Lousa*); António Bernardo Morgado Gomes Dionísio (*substituído por Manuel Augusto Nabais*); Sandro Manuel Martins Freire (*substituído por Celino Augusto*); José António Inácio Nunes (*substituído por Alexandrina Goreti Fernandes Martins Dias*); Fernando Joaquim Pires Januário (*substituído por Manuel Joaquim Rasteiro*); José António Gonçalves Galhano (*substituído por Carlos Alberto Antunes Nabais*); Junta de Freguesia do Soito (*representada pela secretária: Marta Oliveira Martins*).

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

Hora de Abertura

Quinze horas.

Local

Auditório Municipal do Sabugal.

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

Antes da Ordem do Dia

Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Sessão ordinária realizada no dia 26-06-2024

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 26-06-2024**. Não participaram na votação os Membros

da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

Ponto 2 - Expediente

- Na sequência da renúncia ao mandato apresentada pelo Sr. António Luís Miranda dos Santos Serra (Anexo 1), ao abrigo do n.º 4 do artigo 76º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, o Sr.º Presidente da Assembleia verificou a legitimidade e identidade da Sr.ª Lídia Martins Ribas, pela apresentação do respetivo cartão de cidadão, investindo-a nas funções de membro da Assembleia Municipal do Sabugal, após ter prestado juramento.
- **Apresentação do estudo** “*Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa*” pelo Eng. Carmona Rodrigues. Após a apresentação foram solicitados os seguintes esclarecimentos.

Após a apresentação do estudo, intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do CDS

A intervenção do Sr. José Escada consta na íntegra no anexo 2.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que aquando da apresentação do estudo no dia 5 de abril, ficou alarmado porque o estudo faz uma previsão dos valores da água da albufeira do Sabugal para os próximos anos, e os valores são alarmantes. Tendo em conta as reuniões decorridas com as mais diversas entidades, questionou o Sr. Engenheiro sobre a possibilidade, num futuro próximo, de aprovar um novo modelo de gestão

Recomendação:

- Recomendação sobre o estudo *Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa*, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. Colocada a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Recomendação apresentada, cujo teor consta no anexo 3.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada disse concordar com a recomendação apresentada e que votaria a favor. No entanto, solicitava a alteração da data da assinatura do contrato de concessão uma vez que foi posterior à data da inauguração da barragem, por uma questão de precisão.

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana disse que se mantinha o documento, uma vez que não especifica uma data.

Documentos para conhecimento:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Situação económica-financeira a 30 de junho de 2024 (para efeitos do art.º 77 da Lei 73/2013 de 3 de setembro).

Votos de pesar:

- ✓ 3 Votos de Pesar, propostos pelo Grupos Municipais do PS, PSD, CDU e CDS, pelo falecimento de:
 - Dulce Helena Aristides Duarte (irmã do Membro da Assembleia, Sr. João Manuel Aristides Duarte);
 - Manuel José Nabais Jacinto (funcionário da Câmara Municipal do Sabugal);
 - Maria da Glória Meirinho Martins (irmã do Presidente da Assembleia Municipal de Sabugal).

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os votos de pesar, tendo sido cumprido um minuto de silêncio.

Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Pelo Grupo Municipal do PSD

A Sr.^a Elisabete Robalo questionou qual a finalidade do terreno adquirido por 490 mil euros junto ao Auchan e o ponto de situação da estrada Ozendo-Soito.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Espinho, Domingos Malhadas, questionou sobre o ponto de situação da criação da Comunidade Energética no Sabugal.

O Sr. António Gata informou que tendo o dever de prestar satisfações, tal como havia sido referido em sessão anterior, enquanto membro eleito para representar a assembleia na CIM-BSE foi consultar as atas, não estando disponíveis. Após averiguar, foi-lhe dito que a curto prazo as atas da assembleia intermunicipal da CIM-BSE estariam disponíveis.

O Sr. Carlos Nabais solicitou se poderia falar sobre o projeto das infraestruturas de lazer da barragem, aprovado em Reunião de Câmara e quando está prevista a aprovação das próximas fases.

Pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso começou por felicitar todas as Comissões de Festas, Juntas de Freguesias e Câmara Municipal pela organização dos mais variados eventos que dinamizam o concelho todo o verão. Felicitou também o Município pela assinatura do Acordo de Cooperação com a Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, porque poderá permitir o aumento da exportação dos produtos endógenos e industriais do concelho para França e atrair investimento para o concelho. Realçou ainda que é importante que as boas intenções não fiquem numa gaveta arquivadas e se possam pôr em prática.

A Sr.^a Alexandrina Dias abordou o papel dos bombeiros no flagelo dos incêndios, destacando o seu agradecimento às corporações do Soito, Sabugal e Cruz Vermelha de Vilar Formoso pelo trabalho no nosso concelho (anexo 4).

O Sr. José Manso procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 5, sobre a transumância de Ribacôa e Sabugal para a Beira Baixa e os ‘Ratinhos’ da Beira Baixa para Ribacôa.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata associa-se à intervenção da Sr.^a Alexandrina Dias e referiu que várias vezes foi falado, em reunião de toponímia prestar homenagem a bombeiro falecido em incêndio na Lageosa, estando na altura de lhe prestar a devida homenagem. Sobre o Manuel José disse que a sua morte deixa o Sabugal mais pobre e que era um funcionário exemplar, pelo que a Câmara deveria arranjar forma de o homenagear. Por último, parabenizou a Câmara pelo festival Sete Sóis Sete Luas e pela requalificação da praia fluvial, realçando o seu sucesso e incitando ao seu investimento na parte que falta.

O Sr. João Aristides perguntou porque é que não há acesso para pessoas com mobilidade reduzida à exposição permanente, no museu. Questionou também se, até ao término do ano, ainda vai ser apresentada a revista Sabucale.

Pelo Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor completo consta no anexo 6.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Em resposta à intervenção da Sr.^a Elisabete Robalo, sobre a aquisição do terreno junto ao Auchan esclareceu que o objetivo passará por alocar feiras, fóruns, mercados, festas da cidade e exposições. Prosseguiu, referindo que a estrada Ozendo-Soito está na fase final do projeto, e prevê-se que seja lançada antes do final do ano.

Acerca da Comunidade Energética, a mesma está atrasada, uma vez que só haverá disponibilidade financeira após o licenciamento, no entanto, o estudo está feito e está a ser preparada a aquisição do terreno, na Zona de Localização Empresarial.

Respondendo ao Sr. António Gata, sobre a não disponibilização de atas da Assembleia da CIM-BSE, refere que era, de facto, uma lacuna.

Sobre a intervenção do Sr. Carlos Nabais, acerca da aprovação do projeto das infraestruturas da Barragem do Sabugal – Zona 1 (contempla 1 embarcadouro/pontão flutuante; acessos, loteamento, parque de merendas, edifício de apoio) disse que no empréstimo contraído pelo município há 500 mil euros para financiamento da obra. Concluiu referindo que a obra será importante para alavancar futuros investimentos privados.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Respondendo à intervenção do Sr. João Manso, referiu que o município agradece e valoriza o empenho das comissões de festas, associações e Juntas de Freguesia na realização das festas que decorrem durante o verão, no concelho. Sobre o protocolo celebrado, concorda que é importante e o objetivo passa por atrair investimento luso-português no concelho.

De seguida, referiu que subscreve na íntegra a intervenção da Sr.^a Alexandrina Dias.

Sobre a intervenção do Sr. José Pires Manso, agradeceu a intervenção e deu nota da importância do património – transumância. Sobre os eventos Sons do Côa e Muralhas com História referiu que os eventos foram um sucesso e deu nota que foram vendidos cerca de 10.000 bilhetes no Muralhas com História.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Sobre as questões levantadas pelo Sr. João Manata disse que a homenagem ao bombeiro falecido é uma questão que já foi falada várias vezes, tendo-lhe solicitado o preenchimento

de um requerimento à comissão de toponímia, para que seja analisado na próxima reunião de toponímia. Acerca do falecimento do funcionário Manuel José, e da sua homenagem póstuma disse que poderá haver abertura do Município para o fazer. Sobre o evento Sete Sóis Sete Luas afirmou que o evento foi um sucesso e com bastante adesão. Acerca da praia fluvial afirmou que o espaço está bem concebido, e que a 3.ª fase vai avançar, uma vez que há o compromisso da tutela para uma candidatura.

Respondendo ao Sr. João Aristides, referiu que a exposição permanente tem acesso exterior e esclareceu que todos os edifícios públicos dispõem de acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Sobre a Sabucal está a ser preparado um novo número.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS:

Respondendo à questão do Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Câmara disse que as questões foram dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia.

Terminou realçando a agenda cultural do Município.

Intervieram novamente os grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Francisco Carvalho parabenizou o município pela colocação dos DAE's (reforçando a necessidade de formação contínua); pelos apoios prestados aos alunos do concelho; pela requalificação da praia fluvial, bem como do Castelo de Alfaiates. De seguida, colocou as seguintes questões: 1. No seguimento do flagelo dos incêndios florestais e da importância do cadastro no combate aos incêndios, questionou qual é a percentagem do território do Sabugal que está cadastrada,; 2. Se já houve algum efeito consequente da aplicação do regulamento de incentivo à fixação de médicos; 3. Sobre o acolhimento aos migrantes, perguntou como é que o município os está a apoiar. Terminou lançando um desafio de saúde pública sobre a campanha de vacinação para a gripe e covid-19 de forma a evitar o entupimento das urgências no pico da gripe, sugerindo que, em dias de mercado os técnicos do município sensibilizarem os idosos para a vacinação gratuita a decorrer nas farmácias.

Grupo Municipal do PS

A Sr.ª Marisa Martins parabenizou a iniciativa da Câmara, juntamente com a escola, em levar os alunos ao evento Muralhas com História, em Sortelha, desafiando o município para que no próximo ano estendessem a ida ao evento a toda a comunidade escolar. De seguida, abordou o telheiro junto à Escola Primária, já feito. Alertou ainda para a necessidade de sensibilizar e alertar as pessoas sobre a importância de não deitar o lixo para o chão. Felicitou também a possibilidade de as camadas jovens de futebol do SCS jogarem no campo de futebol do Soito, dinamizando o Soito e o espaço.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada perguntou se podia intervir após a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, ao que o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que, nos termos do Regimento, não seria possível.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Sobre a colocação dos DAE's esclareceu que o município tem 24 funcionários habilitados para operar o equipamento, estando contemplada a formação contínua.

Acerca dos apoios aos alunos referiu que é um motivo de satisfação poder dizer que apoiam as crianças do concelho desde a sua nascença até à ida para a universidade.

Sobre a inauguração do Castelo de Alfaiates, foi referido que a responsabilidade por manter o espaço aberto é da Junta de Freguesia de Alfaiates, e a informação que a Junta deu foi que há muita gente a visitar o monumento.

Acerca da percentagem de terrenos cadastrados, informou que cerca de 36 % do território está cadastrado, enaltecendo o trabalho dos técnicos.

Sobre o Regulamento Fixação de Médicos já houve duas candidaturas.

Sobre o acolhimento de migrantes, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara disse que o município fornece apoio, aos mais diversos níveis, sempre que solicitado. Está também a ser equacionada a criação de um gabinete específico de apoio ao migrante.

Prosseguindo com os esclarecimentos, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, sobre a campanha de vacinação, o município em conjunto com as Juntas de Freguesia e párocos podem ser uma mais-valia na divulgação e sensibilização da campanha de vacinação.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Sobre a envolvimento da comunidade escolar no Murallas com História, é pretensão do município continuar e alargar a outros projetos.

Esclareceu que está a ser preparado um projeto 'Centro do Conhecimento' para a escola Primária, que contempla a requalificação do edifício (rés-do-chão será para serviços

públicos da área social e da educação e o 1.º andar será para criação de auditório e salas de formação).

Sobre o lixo disse que é lamentável a falta de civismo nesta temática e será proposto à técnica do ambiente que implemente uma campanha de sensibilização.

Acerca da utilização do campo de futebol do Soito por parte das camadas jovens do SCS esclareceu que a proposta foi apresentada ao SCS atendendo que não houve equipa de futebol da ACD Soito e cujo objetivo é dar uso às instalações do município.

Sobre os eventos no concelho, o Sr. Presidente da Câmara aludiu ao ‘Bruxas à Solta’, realizado no Terreiro das Bruxas, congratulando a Associação Recreativa e Cultural de Caça e Pesca da Moita e União de Freguesias de Santo Estevão e Moita pela realização do evento, com o apoio do Município.

Em resposta ao Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu ser da competência do Presidente da Assembleia assegurar o cumprimento do Regimento e demais legislação, reiterando ao Sr. José Escada que os tempos de intervenção dos grupos municipais decorrem da aplicação do princípio da proporcionalidade dos resultados eleitorais, com os ajustes que foram aprovados no atual Regimento. Nestes termos, seu pedido de intervenção não poderia ser aceite nos termos formulados.

ORDEM DO DIA

Ponto 01 – Discussão e votação da Repartição de Encargos da obra ‘Beneficiação da EM 542 (Sortelha-Sabugal)

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **ratificar a deliberação tomada em Reunião de Câmara de 3 de julho de 2024, referente à aprovação da Repartição de Encargos e assunção dos compromissos plurianuais da obra ‘Beneficiação da EM 542 (Sortelha-Sabugal)’**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 9348, datada de 02-07-2024.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto, tendo dito que a obra foi adjudicada por 965 mil euros, sendo por isso sujeita ao visto do Tribunal de Contas, o que implica a aprovação da repartição de encargos por parte da Assembleia Municipal.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 02 – Discussão e votação da Repartição de Encargos da aquisição de serviços, apólice de seguros

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a repartição de encargos da aquisição de serviços, apólice de seguros, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 11809, datada de 20-08-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que se trata de um concurso público e que devido ao valor carece de visto do Tribunal de Contas, sendo por isso necessária a aprovação da repartição de encargos por parte da Assembleia Municipal.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 03 - Discussão e votação das propostas de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) de Alfaiates, Vila do Touro e Vilar Maior

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) de Alfaiates, Vila do Touro e Vilar Maior nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 11466, datada de 08-08-2024.

O Sr. Presidente da Câmara disse que as Áreas de Reabilitação Urbana serão alargadas às localidades de Alfaiates, Vila do Touro e Vilar Maior, havendo possibilidade de continuar a alargar a outras localidades. Referiu que o objetivo nestas localidades passa por abranger todo o perímetro urbano das freguesias, e poderem assim beneficiar de benefícios fiscais (isenção de IMI durante 5 anos, isenção de IMT durante 5 anos, majoração de IRC e taxa de IVA de 6% para quem intervencionar dentro da ARU) e benefícios municipais (isenção de taxas administrativas, majoração de 30% nos prédios degradados no IMI).

Deu ainda nota que o novo quadro comunitário PT2030 prevê que os PARU's possam ser alargados às zonas rurais.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. Filipe Nunes congratulou o executivo e o Município pela realização de três novas ARU's, e propôs, em nome do grupo municipal do PS alargar as ARU's a todas as sedes de freguesia também pela questão dos benefícios mencionados.

Finda a intervenção, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, tendo dito que é intenção do município alargar as ARU's e que é importante que se faça o alargamento a outras freguesias.

Ponto 04 – Discussão e votação da Repartição de Encargos referente à contratação do serviço de recolha e transportes de resíduos sólidos urbanos

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a correção da Repartição de Encargos do procedimento do concurso público para aquisição de Serviços de Recolha e Transportes de Resíduos Sólidos e Urbanos, nos termos da informação registada sob o n.º 13145, datada de 24-09-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o processo teve uma ação em tribunal interposta pelo segundo classificado, o que levou à suspensão do processo. No decorrer da semana, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco procedeu ao levantamento da suspensão, permitindo à Câmara prosseguir com o processo, sendo para isso necessário a aprovação da repartição de encargos por parte da Assembleia Municipal para que se possa remeter o processo a visto do Tribunal de Contas.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 05 - Discussão e votação da 1ª Revisão ao Acordo de Parceria e alteração da designação dos APAL-SIM

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, do Srs. João Manata e João Aristides Duarte e 15 abstenções, aprovar a alteração da designação social da APAL-SIM para ‘APAL-SIM: Águas Públicas em Altitude – Serviços Intermunicipalizados’ e aprovar a 1.ª minuta da 1.ª Revisão ao Acordo de Parceria da APAL - SIM, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 12776, datada de 13-09-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o processo de constituição da APAL-SIM não era um processo fechado devido à possibilidade de adesão de outros municípios. Está em processo de conclusão a adesão do Município de Fornos de Algodres e, para tal, é necessário a alteração do Acordo de Parceria, acordo esse que permitirá, no futuro, também a adesão de outros municípios sem que seja necessária nova alteração ao Acordo de Parceria nas Assembleias Municipais.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal da PS

O Sr. João Manso referiu que o grupo municipal do PS concorda com as alterações propostas, cujo objetivo é a integração de mais municípios para criar mais escala no que toca a candidaturas aos fundos comunitários, no entanto, tendo em conta a dificuldade em eleger um conselho de administração, sugeriu que a melhor opção passaria inicialmente por estruturar o conselho de administração e depois pensar no alargamento.

Finda a intervenção, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, tendo dito que o conselho de administração está em plenas funções.

Seguiu-se um novo período de intervenções.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata referiu que, por uma questão de coerência, o grupo municipal da CDU votaria contra.

Ponto 06 - Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e às GOP's dos APAL-SIM

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12775, datada de 13-09-2024, **deliberou**, por maioria, com dois votos contra, do Srs. João Manata e João Aristides Duarte e 16 abstenções, **aprovar a 1.ª Revisão ao orçamento e às GOP's para o ano 2024 dos APAL-SIM**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 12775, datada de 13-09-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a alteração se deve apenas a um erro de classificação, os projetos inseridos na rubrica 244 estavam mal classificados.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal da PS

O Sr. João Manso referiu que, por uma questão de coerência, o grupo municipal do PS irá abster-se.

Ponto 07 - Discussão e votação da Participação variável no IRS

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12092, datada de 27-08-2024, deliberou, **por maioria, com 04 votos contra e 05 abstenções, prescindir da participação de IRS para o ano de 2025**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

O Sr. Presidente da Câmara apresentou o ponto tendo dito que o município tem a possibilidade de distribuir ou não a participação variável de IRS, referindo que o valor que o município vai deixar de arrecadar é de 372.340,00€. A Câmara deliberou prescindir da participação de IRS.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, João Nunes, disse que os maiores beneficiadores desta medida são os que ganham mais, referindo que a Câmara deveria usar esse dinheiro ou revertê-lo numa obra, pelo que o seu voto será contra.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que irá manter o sentido de voto desde que foi eleito, pelo que também votará contra.

Ponto 08 - Discussão e votação da Taxa Municipal de Direito de Passagem

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **manter a taxa em vigor de 0%, viabilizando a sua inclusão na Tabela de Taxas a aprovar para vigorar em 2025**, nos termos da informação registada sob o n.º 12069, datada de 27-08-2024.

O Sr. Presidente da Câmara apresentou o ponto, referindo que o executivo deliberou aplicar taxa 0%. Explicou que a Taxa Municipal de Direito de Passagem está relacionada com a passagem das linhas da PT, EDP e outro tipo de infraestruturas. Se fosse aplicada uma taxa, iria posteriormente refletir-se nas faturas dos contribuintes.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 09 - Discussão e votação do reconhecimento de interesse público municipal da construção de sobreequipamento (ampliação) do subparque eólico do Troviscal (Serra da Ópa), sito em Vale Corvo, freguesia do Casteleiro, nos termos do ponto 8 do artigo 18.º do PDM do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **reconhecer o interesse público municipal da construção de sobreequipamento (ampliação) do subparque eólico do Troviscal (Serra da Ópa), sito em Vale Corvo, freguesia do Casteleiro**, nos termos da informação registada sob o n.º 12189, datada de 29-08-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o mesmo diz respeito à instalação de uma torre, cuja localização fica metade no concelho do Sabugal e a outra metade no concelho de Penamacor. A nível de compensações, ambos os concelhos serão financiados com 30 mil euros, para, no âmbito da cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata, criar um parque cercado para acolher lince, um em cada concelho – Sabugal e Penamacor.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 10 - Discussão e votação dos relatórios de implementação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana das Operações de Reabilitação Urbana de Sortelha, do Sabugal e do Soito

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os relatórios de implementação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana das Operações de Reabilitação Urbana de Sortelha, do Sabugal e do Soito, nos termos da informação registada sob o n.º 12768, datada de 13-09-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a lei determina que todas as operações que estejam a decorrer com plano sejam avaliadas anualmente, os serviços do município produzem um relatório que explique o que foi feito e o que foi implementado.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. Filipe Nunes congratulou o executivo pela melhoria demonstrada na apresentação dos relatórios, permitindo aos membros uma melhor compreensão relativamente ao ano passado. Lendo os relatórios verifica-se que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar todos os objetivos propostos aquando realização dos PERU's. no entanto, seria importante que houvesse mais ações de sensibilização e promoção destas ferramentas junto da população e de empresas particulares.

O Sr. João Manso partilha da opinião no que toca à realização dos relatórios, no entanto, é gritante ler os relatórios e as diferenças entre as 3 localidades, referindo que as Juntas de Sortelha e Soito não têm capacidade financeira para concretização de determinadas obras. Referiu que as conclusões dos relatórios de Sortelha e Soito são claras no que diz respeito à urgência na execução da definição do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana para que se possam desenvolver a nível social, económico e cultural. Enumerando algumas dessas obras: reabilitação da extensão de saúde do Soito; reabilitação do edifício da Junta de Freguesia do Soito, do posto da GNR e do quartel dos bombeiros, criar um parque ribeirinho do Soito, etc.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, tendo dito que comunga da opinião do Sr. Filipe Nunes, no que toca à sensibilização e divulgação junto dos Presidentes de Junta.

Em resposta ao Sr. João Manso esclareceu que as obras inicialmente incidiam mais na sede de concelho, porque não havia hipótese de alargar às freguesias. E o alargamento de ARU's e PERU's a freguesias aconteceu posteriormente. Sobre as obras mencionadas, a extensão de saúde pertence à ULS e foi submetida a candidatura ao PRR; o edifício da Junta não

precisa de obras, vai ter um edifício novo no Centro Cívico; o posto da GNR é da Câmara, mas tem sido feito investimento; quanto ao parque ribeirinho está a ser elaborado o estudo para o projeto na ribeira da granja.

Ponto 11 - Discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, nos termos da informação registada sob o n.º 12833, datada de 16-09-2024.

Sobre o ponto, a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara disse que era uma lacuna que o Município tinha, o apoio dos 0 aos 3 anos e que traz muitas despesas às famílias, daí a necessidade deste regulamento, no sentido de as famílias terem uma ajuda acrescida. Exemplificando, referiu o plano de vacinação naquela faixa etária que implica sempre mais que um pagamento. Para além da questão da saúde, há outros bens que podem ser adquiridas, implicando sempre a apresentação de comprovativo para que as crianças possam ser reembolsadas.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Carlos Borregana disse que o regulamento faz parte de um conjunto de ações que o Município tem vindo a realizar para contrariar o fatalismo associado ao facto de se ser do interior e que toda ajuda será bem-vinda. Referiu que é justo que a prestação assegure um investimento direto na saúde e bem-estar da criança e que o valor seja injetado, na sua maioria, na economia local. Concluiu, dando nota que o grupo municipal do PSD apoia o regulamento e desafiando o executivo a continuar este trabalho. A intervenção consta, na íntegra, no anexo 7.

O Sr. Francisco Carvalho saudou o fim a que se destina o regulamento, enaltecendo que é um dos concelhos em que as questões demográficas são preocupantes. Prosseguiu alertando para a necessidade de acrescentar ‘e/ou adoção’ na alínea b) do artigo 5.º e alínea b) do artigo 11.º.

Tendo em conta o número de migrantes que o Sabugal tem, questionou como poderão fazer um pedido de apoio quando, no artigo 5.º é fixado que é necessário residir no concelho há 12 meses ou 36 meses.

Sobre a adoção, referiu que o apoio deveria ser alargado para além dos 3 anos.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa e Forcalhos referiu a importância de as pessoas estarem fixadas no concelho há 12 meses ou mais pela questão dos abusos que há nesse tipo de questão. Enalteceu que o regulamento permite salvaguardar apoio às crianças desde o seu nascimento até perfazerem 3 anos.

Findas as intervenções, concedeu a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara que referiu que a correção nos artigos 5.º e 11.º poderá ser feita. A necessidade de demonstrar residência no concelho durante 12 meses antes do pedido de apoio é uma salvaguarda de que estão no concelho e vão permanecer no território.

Sobre o apoio para além dos 3 anos na adoção disse que não faz sentido porque o regulamento é específico para a faixa etária dos 0 aos 3 anos, havendo outros apoios a que as famílias podem recorrer a partir dos 3 anos.

Concluiu referindo que o regulamento em discussão apoia todas as famílias, independentemente da capacidade financeira e para apoios para crianças a partir dos 3 anos há regulamento de apoios sociais para famílias carenciadas, independentemente das crianças serem adotadas ou não.

Ponto 12 - Discussão e votação da Repartição de Encargos do procedimento do concurso público para aquisição de Serviços de Apoio e Gestão do Estabelecimento Termal do Cró

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 votos contra e 05 abstenções, aprovar a Repartição de Encargos do procedimento do concurso público para aquisição de Serviços de Apoio e Gestão do Estabelecimento Termal do Cró, nos termos da informação registada sob o n.º 11934, datada de 23-08-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a prestação de serviços terminou a 31 de agosto, sendo necessária a abertura de novo concurso para 18 meses, sendo para isso necessário que a Assembleia Municipal aprove a repartição de encargos. Deu nota que foi sugerido pelo do PS, em Reunião de Câmara, à qual o Sr. Presidente da Câmara concordou, que se fizesse um estudo sobre a gestão e otimização do edifício.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso disse que o grupo municipal do PS tem votado contra esta solução transitória e que seria necessário criar uma gestão integrada e conseguir potenciar o equipamento. Disse ainda estar satisfeito pelo estudo que vai ser realizado e perguntou qual a previsão das contas para 2024.

Em resposta à intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse que a questão do Cró é um problema de todos e enalteceu em anterior sessão da importância da Assembleia Municipal na procura de soluções para o Cró e que não é a favor de uma gestão integrada.

Ponto 13 - Discussão e votação da atribuição de medalha de Mérito Cívico do Município do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12758, datada de 13-09-2024, **deliberou**, através de escrutínio secreto, **aprovar a atribuição de Medalha de Mérito Cívico do Município do Sabugal ao Sr. Superintendente-Chefe António Alves Martins:**

Votos a favor: 56

Votos contra: 03

Abstenções: 02

Voto Branco: 00.

Sobre o ponto 13, 14 e 15, o Sr. Presidente da Câmara disse que é proposta a atribuição de medalha de Mérito Cívico a um Capitão de Abril, natural de Aldeia Velha; a medalha de Mérito Cultural a Inês Andrade, natural da Bendada e mentora do Bendada Music Festival e a medalha de mérito desportivo a Carlos Ramos, natural de Aldeia da Ponte, que tem dignificado o país e o concelho a nível desportivo.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata referiu que os três nomes propostos merecem, de facto, ser homenageados.

Ponto 14 - Discussão e votação da atribuição de medalha de Mérito Cultural do Município do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12760, datada de 13-09-2024, **deliberou**, através de escrutínio secreto, **aprovar a atribuição de Medalha de Mérito Cultural do Município do Sabugal a Inês Andrade:**

Votos a favor: 57

Votos contra: 01

Abstenções: 03

Voto Branco: 00.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos pontos 13, 14 e 15 em conjunto.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 15 - Discussão e votação da atribuição de medalha de Mérito Desportivo do Município do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12755, datada de 13-09-2024, **deliberou**, através de escrutínio secreto, **aprovar a atribuição de Medalha de Mérito Desportivo do Município do Sabugal a Carlos Filipe Carvalho Ramos:**

Votos a favor: 58

Votos contra: 00

Abstenções: 03

Voto Branco: 00.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos pontos 13, 14 e 15 em conjunto.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos, João Nunes, deu nota do trabalho do Sr. Vereador Amadeu Neves ao propor Carlos Ramos, campeão nacional da modalidade em pista e ao ar livre. De seguida, questionou se poderia votar, tendo em conta que é familiar.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que não há qualquer impedimento para votar.

Ponto 16 - Discussão e votação da atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia do Casteleiro

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12735, datada de 12-09-2024, deliberou, por unanimidade, **atribuir um apoio no valor de 100.000,00€, conforme requerido pela Junta de Freguesia do Casteleiro**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o apoio carece de aprovação por parte da Assembleia Municipal porque a Câmara só tem competência até 50.000,00€. O apoio não é direto, encontra-se integrado no protocolo de colaboração e contrapartidas entre o Município do Sabugal e a VVD/RP Global, ou seja, não podendo a empresa transferir diretamente para a Junta, a contrapartida é transferida para o Município e posteriormente para a Junta de Freguesia.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 17 - Discussão e votação da 4.ª Alteração Orçamental Modificativa (3.ª Revisão) ao Orçamento de 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 abstenções, aprovar a 4.ª Alteração Orçamental Modificativa (3.ª Revisão) ao Orçamento de 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a 4ª Alteração surge pela necessidade de criar 3 modificações ao orçamento e GOP's: 1.ª - 3.ª fase da praia fluvial composta por piscina e jogos de água. Relembrou que na inauguração da praia fluvial, o Sr. Secretário de Estado Pedro Machado referiu que havia uma linha de financiamento, no entanto, a obra teria de estar em Plano e Orçamento. 2.ª – A candidatura Programa de Habitação a Custos Acessíveis não tinha rubrica para as despesas que o município teria de ter (adiantamentos, projetos, avaliações); 3.ª – Transferir algumas obras que não serão executadas em 2024 para 2025.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. José Pires Manso procedeu à leitura da sua intervenção, a qual consta, na íntegra, no anexo 8, tendo referido que: tanto nos orçamentos como nas despesas verificam-se grandes anulações de verbas e investimentos e as correspondentes transferências para 2025 que numa ou outra rubrica chega a ser de 100%; que continuam a ver-se valores elevados nas rubricas 'outros', sem se identificarem os projetos; que estes valores demonstram também as baixas taxas de execução quer na receita quer na despesa, neste último caso mais grave sabendo que o Município não vive qualquer situação de aflição financeira. Concluiu referindo que a posição do Grupo Municipal do PS será a abstenção.

O Sr. João Manso referiu que aquando da aprovação do orçamento havia dito que o mesmo era ambicioso e o Sr. Presidente da Câmara reconhecer isso ao remeter obras para 2025 e poder aumentar a execução.

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, em resposta à intervenção do Sr. José Pires Manso, referiu que pagar a 3 ou 4 dias não é um luxo, é justo, é necessário e ajuda a economia.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PS:

O Sr. Presidente da Câmara referiu que não gostaria de transitar obras para 2025, no entanto, a maior parte das obras que passaram para 2025 são obras com candidaturas e financiamento garantidos, mas não se vão concretizar em 2024.

A questão da rubrica 'outros' já foi explicada aquando da apresentação das GOP's, o programa SNS-AP não permite que haja outra designação.

Sobre a questão da execução referiu que o no relatório semestral explana que o município tem 86% de receita e 62% de despesa; receitas correntes apresentam uma execução de 88% e receita de capital uma execução de 49%. Sobre a execução da despesa, a despesa corrente apresenta uma execução de 75%, a despesa de capital uma execução de 39%. Relativamente ao período homologado do ano transato, o município apresenta mais despesa. Referindo-se ao relatório semestral, informou que a regra do equilíbrio financeiro é cumprida; que o município tem uma capacidade de endividamento de 14 milhões (já incluindo a dívida às Águas Zêzere e Côa); não há pagamentos em atraso com mais de 90 dias e continua a pagar-se a 3 dias. Concluiu dizendo que o Município apresenta uma saúde financeira estável.

Ponto 18 - Discussão e votação da Proposta de alteração da Visão, missão, princípios e valores a adotar pelos serviços municipais, o modelo da estrutura orgânica e o número de unidades orgânicas flexíveis

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração do número de unidades orgânicas flexíveis, passando a existir 9 unidades orgânicas flexíveis, nos termos da alínea b) do artigo 5.º, com os fundamentos constantes da proposta.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que é necessário fazer uma reestruturação em alguns setores do Município, nomeadamente no setor do Desporto, através da criação de uma chefia de 3.º Grau. Referiu que o Município é composto por 5 divisões, 8 serviços intermédios, e entendeu-se que era necessário dar um input à atividade desportiva, com a criação de uma carta desportiva que permita projetar o futuro, até porque o território tem imensas potencialidades nesse setor.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Francisco Carvalho referiu que o documento diz que o Município tem 8 serviços intermédios, que passarão a 9. Realçou que, numa ótica de comportamento organizacional, é importante que os valores não fiquem apenas no papel e que todos os colaboradores tenham conhecimento dos mesmos. Concluiu alertando que na alínea f) os conceitos eficiência e eficácia estão trocados.

O Sr. Presidente da Assembleia alertou ainda para a correção a ser feita na proposta, e que onde consta ‘...alteração do artigo 6.º...’ deverá constar ‘...alteração do artigo 5.º...’. Esclareceu que o artigo 5.º apresenta 2 alterações: a criação do número máximo de 14 unidades orgânicas flexíveis e a criação de 9 unidades orgânicas flexíveis.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o Município vai criar uma unidade orgânica flexível, passando de 8 para 9, retificando o que havia dito na apresentação do ponto.

Ponto 19 – Atividade Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

Intervieram os seguintes grupos municipais.

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos, João Nunes, abordou a reunião realizada a 22 de julho com a empresa Infraestruturas de Portugal para a retificação e beneficiação da Estrada Nacional 233, pelo que questionou o ponto de situação. Referiu que o ponto 4 não havia sido totalmente esclarecedor, pelo que questionou o que havia sido discutido na reunião com a empresa Lurec.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a reunião de 22 foi no edifício das Estradas de Portugal, que quem está a liderar o processo é a Câmara do Sabugal, estando a ser melhorado o projeto. Prosseguiu referindo que numa 1.ª fase, para contenção de custos, o projeto estava a ser minimalista, porque os 5 milhões do Acordo de Gestão assegurado com as Infraestruturas de Portugal é insuficiente. Decidiu-se ir mais além e as instruções que se deram à empresa projetista e o que ficou acordado nessa reunião foi fazer uma plataforma uniforme, incluindo o alargamento de todas as pontes até à Guarda, perfazendo assim o projeto um custo de 15 milhões de euros. Aguarda-se reunião com o Ministro das Infraestruturas para tentar aumentar o financiamento.

Sobre a reunião com a Lurec, referiu que a Assembleia Municipal não se pronuncia sobre o procedimento ou a decisão de contratar, apenas tem competência sobre a repartição de encargos. Esclareceu que concorreram 2 empresas no concurso para a recolha de resíduos no concelho do Sabugal: a FCC (encontra-se a laborar atualmente) e a Lurec. A empresa Lurec ganhou e, a FCC colocou uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, tendo sido suspenso o concurso. Há cerca de 7 ou 8 dias, o Tribunal levantou o efeito suspensivo, permitindo a assinatura do contrato.

O Sr. Francisco Carvalho sugeriu, tendo em conta que a Ordem de Trabalhos é um documento público que permite aos munícipes terem conhecimento dos documentos abordados na Assembleia, que se evitasse a utilização de siglas ou descodificá-las.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que se terá tido em conta.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

O Sr. Virgílio Janela Afonso abordou 2 assuntos: saúde e EN 233. Sobre o tema saúde referiu que lamenta a saída de uma médica do Centro de Saúde do Sabugal para o concelho de Celorico da Beira, deixando cerca de 4000 utentes sem médico, recordando uma intervenção de um antigo membro “*se nada for feito, dentro de anos o Centro de Saúde terá apenas 2 médicos.*” Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre quais são as perspetivas do Centro de Saúde neste futuro imediato. Sobre a EN 233 referiu que o Sr. Presidente da Câmara não havia sido muito claro a transmitir as conclusões da reunião com as Infraestruturas de Portugal. Sugeriu ainda que numa próxima Assembleia se mostrasse união relativamente a este assunto e se apresentasse uma moção de repúdio pela atual situação de conservação da estrada.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu as questões colocadas, tendo referido que a questão da saúde é preocupante, no entanto, o Município não tem competência na área da saúde, mas aguarda-se que o novo conselho de administração da ULS tome posse para que se possam reunir e abordar estas situações. Realçou o regulamento de apoio à fixação de médicos aprovado na sessão anterior e o papel das Juntas de Freguesia em garantir os cuidados primários aos seus fregueses.

Sobre o projeto da EN 233 decidiu-se que a plataforma da estrada seria uniforme e que haveria o alargamento das pontes, o que vai inflacionar o custo. Acerca da degradação a diretora de estradas da Guarda já foi notificada da situação.

Não tendo havido mais inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e trinta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, _____

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO MEIRINHO
MARTINS
Dados: 2025.01.21
16:31:16 Z

Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior, _____

Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 04/2024 – ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2024

Anexo 1

Renúncia ao mandato apresentada pelo Sr. António Luís Miranda dos Santos Serra

*“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal,
António Luís Miranda dos Santos Serra, eleito como independente na lista do Partido Social Democrata (PSD) para a Assembleia Municipal do Sabugal, vem, no cumprimento do estabelecido no artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal e ao abrigo do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, apresentar a sua renúncia ao mandato.*

Sabugal, 26 de junho de 2024

António Luís Miranda dos Santos Serra”

Anexo 2

Intervenção do Sr. José Escada

“Sobre o relatório:

De muito positivo tenho a apontar a muita informação útil que foi recolhida e o repositório de medidas de possível implementação, que me dispense de enumerar, por manifesta falta de tempo.

Creio que, nesta fase, a minha principal obrigação deve ser a apresentação de observações.

1) 1ª observação: Forma do relatório:

*Temos 3 fases do estudo que se traduzem em 6 documentos (sub-relatórios). Muito papel. **Muita informação dispersa e repetida***

***Recomendação:** Justifica-se agora fazer um único relatório que facilite a leitura e faça realçar os aspetos determinantes (não muitos, máximo de 7) para o dono do estudo, ou seja o Sabugal.*

*2) 2ª observação: Nas reuniões o Sabugal colocou-se em **subalternidade, quantitativa e qualitativa** em relação aos restantes atores.*

Número de presenças:

Da parte do Sabugal temos exclusivamente políticos (vereadores do PSD), acompanhados de 2 elementos da Bidesign.

Do outro lado 7 representantes técnicos, especialistas de recursos hídricos, representantes das várias entidades interessadas.

Estranha-se que não tenha havido a preocupação de equilibrar a mesa quer em número, quer em termos de saber.

A Dr^a Silvia poderia ter chamado técnicos da autarquia para equilibrar quer em número quer em sabedoria técnica.

Dr^a Silvia com todo o respeito que tenho por si, e que é muito, considero que tem muita competência na área social, mas terá de reconhecer que, neste caso, a humildade científica obrigaria a chamar á colaboração técnicos da Câmara com conhecimentos técnicos, para não falar de Vereadores da oposição com capacidade reconhecida.

Eu sei que o PSD considera, talvez com fundamento, que será governo por muitos e longos anos, mas, em teoria, os Vereadores passam e os técnicos ficam e mesmo que não fiquem o conhecimento é fixado na estrutura orgânica.

Dr^a Silvia, com toda a franqueza, desculpe que lhe diga assumiu um excessivo protagonismo em reuniões técnicas sem competência técnica.

A minha pergunta é: se as medidas preconizadas tiverem seguimento quem as vai acompanhar ? Será a Dr^a Silvia? Chamam a Bidesign?

Em consequência, a Câmara colocou em reuniões técnicas muita intervenção política antecipando posições que deveria revelar em outro tipo de reuniões.

Como os relatórios das sessões intersetoriais não identificam os intervenientes. Não sabemos se são técnicos, se são diretores de serviços, se são subdiretores... O que sabemos é que as intervenções políticas do Sabugal foram do tipo macro i.e, dirigidas ao topo das instituições...

3) 3^a observação é sobre os relatórios.

Os intersetoriais. São uma espécie de híbrido. Parecem ata de reunião, mas não são porque, à exceção da vice-presidente, não identificam os restantes intervenientes, não se responsabilizam e não se comprometem. Acabam por ser um apanhado de afirmações e um repositório de boas intenções.

Em consequência, os relatórios são igualmente um enunciado “do que se pode fazer” evitando sempre afirmações de ação absolutamente necessárias.

Sr. Presidente o Sabugal tem de querer. O Sabugal não deve usar e abusar da linguagem das possibilidades. O Sabugal tem de saber o que quer e reivindicar em conformidade.

O Sabugal não pode dizer que o “contrato de concessão pode ser revisto ...” o Sabugal tem que dizer “é absolutamente necessário rever o contrato de concessão”, e, entretanto, tem de ser cumprido o atual contrato de concessão!

O Sabugal não pode dizer que talvez seja necessário rever a situação de gestão repartida . O Sabugal tem de dizer que quer uma gestão única, eficaz e eficiente.

O Sabugal tem de dizer, perentoriamente, que quer ter um papel determinante na gestão eficiente de uma infraestrutura que esta no seu território e de um recurso que é seu..

O Sabugal tem de claramente defender que um sistema integrado não pode ser gerido apenas por uma das partes interessadas e muito menos pela ARCB !

4)4^a observação refere-se a 3 lamentos

4.1) *Lamenta-se que este relatório não refira os verdadeiros antecedentes que conduziram à construção da Barragem do Sabugal. Repito.*

A barragem do Sabugal fazia parte do Plano Integrado do Coa que o último Governo de Cavaco Silva iniciou e que o primeiro governo de António Guterres interrompeu com a decisão de não construir a barragem de Foz Côa para preservação das gravuras.

O plano era a cascata do Côa para transvasar água do Douro para a bacia do Tejo, beneficiando o Regadio da Cova da Beira. O sistema incluía a barragem de Foz-Côa, mais duas grandes barragens, ambas equipadas com bombagem, (Pêro Martins e Senhora de Monforte) e três pequenas barragens incluindo a do Sabugal.

Ao todo, seriam armazenados cerca de 600 milhões de metros cúbicos de água. O transvase seria feito a partir da barragem do Sabugal. O volume total de água máximo a transferir do Sabugal para a Meimoa seria de 82hm³/ano. Foi este o enquadramento que suportou o projeto da barragem do Sabugal que veio a ser aprovado em 1995 no final da legislatura do XII Governo Constitucional. A barragem do Sabugal era um “pass-through” do transvase e cedia exatamente o que cedia.

Deixar cair este argumento histórico é um crime de lesa Sabugal!

4.2) *É igualmente lamentável que após a 1ª fase e antes de passar à 2ª fase a Câmara não tenha promovido uma reunião com todos os stakeholders do Sabugal (associações, agentes empresariais,) com elaboração de um relatório para ser distribuído e apresentado na 2ª fase.*

4.3) *Lamenta-se por último a ausência da visão de um especialista em preservação de ecossistemas para adicionar a pegada ecológica das bruscas variações de volume de água aos argumentos económicos da absoluta necessidade de fixação de quota mínima.”*

Anexo 3

Recomendação sobre o estudo *Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa*

Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa Proposta de recomendações da AM à CM.

Considerando que o diverso conjunto de entidades envolvidas no aproveitamento dos recursos hídricos na Cova da Beira, limita a ação do Município pela impossibilidade de tomadas de decisão;

Considerando a necessidade de reavaliação do contrato de concessão, ainda em vigor, designado por "Contrato de Concessão da Utilização do Domínio Hídrico respeitante ao Aproveitamento Hidráulico do Sabugal" celebrado aquando da inauguração da barragem do Sabugal,

Considerando que, o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira é pela sua natureza e utilização atual um aproveitamento de fins múltiplos facto reconhecimento, pela APA e pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Considerando que as ações previstas no Plano de Ordenamento da Barragem do Sabugal, poderão ficar comprometidas, se não houver novas tomadas de decisão;

Considerando a faculdade dada pelo art.º 70 da Lei da Água, que prevê a constituição de "Associações de utilizadores" com o objetivo de gerir em comum as licenças ou concessões de uma ou mais utilizações afins do domínio público hídrico; Lei que reconhece "a necessidade de contrato de concessão, a possibilidade de serem transferidas, total ou parcialmente, competências de licenciamento e de fiscalização da utilização por terceiros dos recursos hídricos

Recomenda-se que a Câmara Municipal promova, em cooperação com as entidades envolvidas, a implementação das medidas de curto e médio prazo, apresentados nos pontos seguintes, de onde se inclui a conceção de um NOVO MODELO DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO APROVEITAMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DA COVA DA BEIRA, que passará pela criação da "Associação de Utilizadores do Aproveitamento de Fins Múltiplos da Cova da Beira", que promova uma gestão integrada do recurso água de forma mais eficiente, socialmente bem aceite e economicamente mais vantajosa exigindo-se, a cada uma das partes envolvidas, o rigoroso cumprimento das atribuições e competências legalmente previstas, bem como a alteração do contrato de concessão.

AÇÕES DE CURTO PRAZO:

- 1-Rever e atualizar o modelo de gestão da barragem do Sabugal, em cooperação com a APA e a ANEPC.
- 2-Rever e atualizar o modelo de gestão da Central do Meimão, em cooperação com a APA e a ANEPC.
- 3-Melhorar o uso eficiente da água, em cooperação com as Águas do Vale do Tejo
- 4-Melhorar a sensibilização e conhecimento, em cooperação com as Águas do Vale do Tejo

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO:

- 1-Gestão integrada dos recursos hídricos, em cooperação com a APA, a DGADR, a ABCB, a ANEPC e a C.M. Penamacor.
- 2-Uso eficiente da água, em cooperação com a APA, a DGADR, as Águas do Vale do Tejo e a C.M. Penamacor.
- 3-Campanhas de sensibilização, em cooperação com a APA, a DGADR, as Águas do Vale do Tejo e a C.M. Penamacor.
- 4-Redes de monitorização, em cooperação com a APA, a DGADR, as Águas do Vale do Tejo e a C.M. Penamacor.
- 5-Estudo de novas origens de água, em cooperação com a APA, a DGADR, as Águas do Vale do Tejo e a C.M. Penamacor.

Anexo 4

Intervenção Sr.^a Alexandrina Dias

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmo. Sr. presidente da Assembleia Municipal, distintos membros da Assembleia, boa tarde a todos,

No dia 20 de setembro, foi decretado o Dia de Luto Nacional em homenagem às vítimas dos incêndios. Para sensibilizar a comunidade e demonstrar solidariedade, os professores alertaram os alunos para o flagelo dos incêndios, destacando o papel dos bombeiros, que ‘deram a vida pelas nossas vidas’. Hoje, nesta Assembleia Municipal, expresse o meu mais sincero agradecimento às corporações do Soito, Sabugal e ao apoio da Cruz Vermelha de vilar Formoso pelo excelente trabalho no nosso concelho.

Com profundo respeito, exalto o esforço destes heróis que, neste verão, enfrentaram os desafios mais extremos. Voluntariamente e diariamente, arriscam as suas vidas para garantir a segurança de todos. Em acidentes de viação, onde cada segundo conta, lutam para salvar vidas, mesmo quando sabem que algumas já não podem ser salvas. Nos incêndios que devastaram florestas e

ameaçaram casas, combateram as chamas com coragem inabalável. No apoio domiciliário, estenderam a mão aos mais vulneráveis, devolvendo dignidade e esperança.

Estas semanas demonstraram a força e resiliência dos bombeiros, sempre os primeiros a chegar, trazendo esperança onde parecia não haver. Sacrificam noites de sono e momentos em família, e alguns, tragicamente, pagam com a própria vida, deixando comunidades em luto profundo.

O compromisso desses profissionais vai além da obrigação. É um ato de amor e dedicação à missão de salvar. Por isso, apelo a esta assembleia que reconheça, apoie e valorize ainda mais o trabalho dos nossos bombeiros, garantindo-lhes as condições necessárias para continuarem a proteger-nos com dignidade.

Nunca nos esqueçamos: nas horas mais difíceis, são os bombeiros que trazem a luz. A eles, o meu mais profundo respeito e admiração, especialmente àqueles que partiram no cumprimento do dever.”

Anexo 5

Intervenção do Sr. José Pires Manso

*“A transumância de Ribacôa e Sabugal para a Beira Baixa e os ‘Ratinhos’ da BB para Ribacôa. Esta intervenção, feita no período de Antes da Ordem do Dia desta Assembleia Municipal, ocorreu-nos a propósito da nossa recente ida (sábado) às ‘Muralhas com História’ de Sortelha, um evento cultural da máxima importância para Sortelha, o concelho do Sabugal e até toda a região e mesmo o país. Trata-se de falar num tema que pode ser igualmente importante para o concelho e região se bem explorado e promovido que é o da **Transumância de gados de Ribacôa para as terras quentes**, o ‘campo’, ou ‘campinas’, ou ainda as herdades da Beira Baixa e até o Alentejo.*

*Para quem não se lembra, a **transumância é uma prática pecuária única** em que os rebanhos de ovelhas, cabras e até vacas são conduzidos das pastagens de verão nas zonas altas das terras frias para as pastagens de inverno situadas em terras mais quentes, às vezes separadas por centenas de quilómetros.*

*Há séculos, a transumância, possivelmente iniciada pelos **árabes nómadas ou por outros povos pré-romanos** que habitaram a Península Ibérica, movimentava milhões de cabeças de gado em Portugal e Espanha, todos os anos. Hoje, já poucos ou nenhuns pastores a realizam.*

Mas, cientes da importância histórica deste fenómeno, algumas comunidades locais de um e outro país vieram reativar esta tradição ancestral fazendo com que ela não se perca. De facto, na época pré-romana, as diferenças climáticas entre as diversas regiões da Península Ibérica motivaram esta “migração controlada” de animais e pessoas em que, grandes rebanhos de ovelhas, cabras e vacas guardadas pelos seus pastores, e a que se justavam as suas famílias, passavam a parte mais quente do ano em pastagens frescas nas montanhas das terras altas e a parte mais fria em vales e planícies mais quentes e distantes da Península.

*Por cá, o transumante, partindo das terras de Ribacôa, guiava o gado numa viagem a pé para as campinas da BB (e até Alentejo) numa viagem que podia durar semanas, e que, meses depois, se repetia em sentido inverso, para os planaltos e serras mais frias de Ribacôa. Com o tempo estes rebanhos começaram a usar até caminhos protegidos para este fim, as chamadas **vias pecuárias**. Em Portugal chegavam a ir das Serras da Estrela, Mesas e outras do Centro do país para as terras quentes BB e Alentejo.*

Para se fazer uma ideia do que isto significava em Espanha estas vias ou caminhos somam 125.000 quilómetros e mais de 400.000 hectares de terra, cerca de 1% do território nacional. Neste país os maiores e mais conhecidos caminhos são até chamados “cañadas reais”.

*De referir que a partir de 2023, a **transumância espanhola foi registada como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade** pela Unesco.*

Realça-se, por ser verdade, o papel deste fenómeno na difusão de conhecimentos que esta tradição desempenhou, uma vez que os pastores levaram as suas tradições, costumes, músicas, artesanatos, técnicas de pastoreio, modo de ser e outros elementos, com as quais muito enriqueceram o local de destino, e o papel também de difusão cultural que os pastores e famílias transmitiam na viagem de volta igualmente importante para os locais de origem.

A celebração deste evento como fazem entre nós o Fundão, através da Serra da Gardunha para Alpedrinha e herdades da Beira Baixa, mas também no concelho e distrito da Guarda a aldeia de Fernão Joanes, bem perto da Guarda, através da Serra da Estrela para o Vale do Mondego e daí para as terras quentes da Beira Baixa, e Alentejo, são dois exemplos de comemorações deste evento em Portugal que tentam recordar e comemorar aproveitando-o para promover a cultura regional, as suas tradições, usos, costumes, músicas, artesanatos, etnologia, /vestuário, formas de pastoreio, cultura em geral e o turismo..., tão importantes para a dinamização da atividade económica das nossas empobrecidas, desertificadas e esquecidas regiões.

Mas prosseguindo... No seguimento do que atrás dissemos recordamos que também o Sabugal e as terras de Riba Côa mais frias e mais altas, se dedicaram à transumância pelo menos até aos 3 anos cinquenta do século XX, levando os rebanhos de animais das nossas terras para o ‘campo, as terras quentes da Beira Baixa, de Penamacor, da Idanha-a-Nova, V.V. Ródão, Castelo Branco e eventualmente Alentejo, no Outono, para aí passarem o tempo mais frio em que por cá quase não havia comida mas sobrava frio, enquanto por lá, nesses locais e regiões já abundavam pastagens e temperaturas amenas, e de onde regressavam nos princípios da Primavera para passar por cá esta mesma estação e o Verão que se lhe seguia.

*A esta evento da transumância queremos também associar um outro que era a **vinda dos chamados ‘ratinhos’, ceifeiros ou ‘ceifadores’ como chamávamos na minha aldeia de Foios**, que em junho se deslocavam em sentido contrário da Beira Baixa para as terras de Ribacôa para ceifarem o trigo e sobretudo o centeio que na altura abundava nas nossas terras, e em que, eles, no fim das ceifas e malhas das suas terras quentes, aproveitavam para trazer um pouco da sua cultura e tradições para a nossa zona e, no regresso, para além do dinheiro amealhado, juntavam também algo dos nossos costumes e tradições, incluindo o sabor da nossa culinária, o **caldudo de castanhas** - que nos Foios e noutras aldeias, lhes era dado a comer logo ao nascer do sol -, o bom enchido e queijo, assim como o não menos saboroso cabrito ou borrego assado na brasa ou guisado nas panelas de ferro das lareiras das casas das nossas aldeias e terras altas.*

Terminamos deixando no ar esta sugestão à Câmara Municipal do Sabugal e às Juntas de Freguesias das aldeias vizinhas, se elas entidades acharem por bem fazer idêntica comemoração conjuntamente com as autarquias de Penamacor e Idanha-a-Nova pelo menos. Nós, pela nossa parte, achamos que é um ótimo meio promocional para o concelho a par dos Sons do Côa e outros, mas sobretudo as **Muralhas com História** que motivaram esta intervenção.



Transumância em Madrid © Wirestock Creators.”

Anexo 6

Intervenção Sr. José Escada

“Na Assembleia de junho, António Serra, um histórico da bancada do PSD, considerou que, 1 minuto não permite fundamentar o que quer que seja. Em consequência renunciou ao mandato. Em várias intervenções neste hemiciclo António Serra provou que a sua base democrática é muito frágil. Na sua opinião e vontade a voz minoritária do CDS-PP seria silenciada e escorraçada. Porém, em matéria de tempo de intervenção o Grupo do CDS-PP concorda com António Serra. Acrescentamos à sua fundamentação que a atribuição de um minuto, a um qualquer grupo municipal é uma afronta à democracia.

*Para corrigir tamanha irracionalidade, o CDS-PP solicitou, nos termos do regimento, o **agendamento do tema** para uma intervenção política de fundo nesta assembleia.*

Como era previsível, o Presidente da Assembleia, fazendo jus à sua postura autoritária, negou o agendamento.

*Assim, perante os constantes atropelos à democracia. Perante tamanhos atos de censura da parte do presidente da mesa, o CDS-PP considera que urge **adicionar uma posição política à corajosa atitude de António Serra.***

*A partir de hoje, **no Período da Ordem do dia**, o silêncio é a resposta política do CDS-PP. Não mais vamos pedir a palavra. Vamos **apenas votar e fazer declarações de voto.**”*

Anexo 7

Intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal – Carlos Borregana

“Este regulamento faz parte de um conjunto de ações que o Município tem vindo a realizar para contrariar o fatalismo associado ao facto de se ser do interior – a falta de gente, de jovens, e o baixo número de nascimentos. Criar um concelho atrativo para a fixação de jovens é um caminho longo, difícil, demorado e complexo, por isso toda ajuda será bem-vinda.

Certamente, não será uma prestação de 500 euros anuais por nascimento que irá provocar uma revolução na renovação geracional. Afinal, a questão de ter menos filhos e tê-los cada vez mais tarde é um fenómeno típico das sociedades desenvolvidas e não exclusivo do interior. No entanto, essa prestação, combinada com outras ações e atrativos, poderá ter impacto na fixação de casais no concelho.

Este apoio também tem um carácter de promoção do bem-estar familiar, ao fornecer apoio direto às famílias, permitindo o empoderamento das que se encontram em maior risco de pobreza.

Foi importante estabelecer um âmbito universal para o regulamento, pois assim teremos melhores resultados, já que as famílias mais vulneráveis já dispõem de outras ajudas específicas e direcionadas.

Parece-nos justo que a prestação se destine à aquisição dos bens mencionados na alínea a) do artigo 2.º, assegurando, assim, um investimento direto na saúde e bem-estar da criança.

O custo financeiro desta medida, tendo em conta os dados dos últimos censos, será de cerca de 20.000 euros por ano, valor que, por força do artigo 2.º, será injetado, na sua maioria, na economia local.

Por tudo isto, o grupo municipal do PSD apoia este regulamento, ao mesmo tempo que desafia o executivo a continuar este trabalho com ações robustas, capazes de contrariar o ciclo de erosão populacional que afeta tão profundamente o nosso território.”

Anexo 8

Intervenção do Sr. José Pires Manso

“Este item denominado de Discussão e votação da 4ª alteração Orçamental Modificativa (3ª revisão) ao Orçamento de 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-29 torna-se necessário, segundo a justificação aduzida pela própria CMS, pela necessidade de criar dois projetos um relacionado com a construção de habitação acessível no âmbito do PRR à medida que forem assinados os contratos programas com o IRHU, e outro relacionado com a recuperação das margens do Rio Côa entre Pontes – 3ª fase (piscina e jogos de água), e também com a necessidade de adiar projetos ou partes de projetos que transitam para 2025.

*• Olhando para os números que nos foram apresentados notam-se grandes anulações de verbas e investimentos e as correspondentes transferências para 2025 que numa ou outra rubrica chega a ser de 100%. Embora nalguns casos os valores sejam pouco significativos, noutros têm a sua importância. E isto ocorre quer no Orçamento das Despesas quer no de Receitas. **O Sr Presidente e a digníssima Câmara a que preside terão certamente alguma coisa para nos dizer sobre as causas dessas grandes alterações e adiamentos, pelo menos ao nível das principais rubricas/projetos...***

*• Prosseguindo.... Continuam a ver-se valores elevados nas rubricas **outros**, como em tempos referimos – e tenho presente a justificação que o Sr. Presidente na altura achou por bem referir –, sem que dessa forma se identifique o respetivo projeto. **Para o futuro já que nestes anos isso não tem sido feito, porque não à frente da palavra outros não identificar os respetivos projectos ou subprojectos e os montantes envolvidos pelo menos para conhecimento desta Assembleia e seus membros?***

*• Para terminar... Pensamos que estes valores demonstram também as **baixas taxas de execução quer na receita quer na despesa**, neste último caso tanto mais grave quando sabemos que a CMS*

não vive qualquer situação de aflição financeira já que se dá ao luxo de pagar aos seus fornecedores a 3 e 4 dias como temos visto e comentado na análise dos Relatórios e Contas dos anos transatos em que eu tive oportunidade de apreciar os seus valores. Nesse sentido, a posição dos membros eleitos nas listas do Partido Socialista vai ser de abstenção.”

O Presidente da Assembleia,

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO MARTINS
Dados: 2025.01.21
16:32:19 Z

Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior,

Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe